



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LAYSE STEFFANE DA SILVA COSTA

**AS LUTAS E CONQUISTAS DO POVO NEGRO NO BRASIL: O
RECONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA NA SALA DE AULA**

GUARABIRA/PB

2019

LAYSE STEFFANE DA SILVA COSTA

**AS LUTAS E CONQUISTAS DO POVO NEGRO NO BRASIL: O
RECONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA NA SALA DE AULA**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: História, Ensino e Currículo.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes.

GUARABIRA

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C8371 Costa, Layse Steffane da Silva.
As lutas e conquistas do povo negro no Brasil [manuscrito]
: o reconhecimento da sua história na sala de aula / Layse Steffane da Silva Costa. - 2019.
29 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Coordenação do Curso de História - CH."
1. LEI 10639/03. 2. Movimentos negros. 3. Gente negra. 4. Livro didático. I. Título
21. ed. CDD 305.8

LAYSE STEFFANE DA SILVA COSTA

AS LUTAS E CONQUISTAS DO POVO NEGRO NO BRASIL: O
RECONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA NA SALA DE AULA.

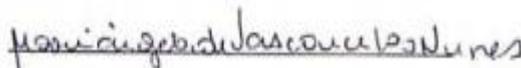
Artigo apresentado ao Programa de Graduação em
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariângela de
Vasconcelos Nunes.

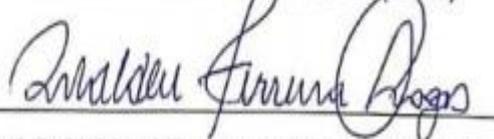
Aprovada em: 11/06/2019.

BANCA EXAMINADORA



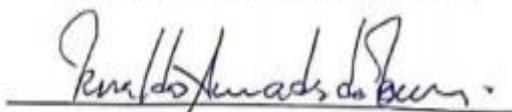
Prof.^a Dr.^a Mariângela de Vasconcelos Nunes (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr.^o Waldeci Ferreira das Chagas (Examinador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Rivaldo Amador de Sousa (Examinador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Pai João da Costa Junior (*in memoriam*), tivemos tão pouco tempo juntos, mas sempre estará em meu coração, DEDICO.

“Não lutamos por integração ou separação.
Lutamos para sermos reconhecidos como
seres humanos”.

Malcolm x

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Uma breve História dos movimentos negros no século XX e a lei 10.639/03.....	08
3. Limites, problemas e desafios que são encontrados na efetivação da lei dentro das escolas.....	13
4. Um breve olhar sobre os negros e escravos no Livro Didático.....	16
5. Considerações.....	21
6. Referências bibliográficas.....	22
7. Anexo A – Capas dos livros didáticos.....	26

AS LUTAS E CONQUISTAS DO POVO NEGRO NO BRASIL: O RECONHECIMENTO DA SUA HISTÓRIA NA SALA DE AULA

LAYSE STEFFANE DA SILVA COSTA¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca de algumas lutas empreendidas entre as décadas de 1930 a 1990, com o intuito de tratar do reconhecimento e valorização da gente negra na história do Brasil até a implantação da lei 10.639, no ano de 2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro – Brasileira nas escolas. Buscamos discutir as dificuldades para a incorporação e execução da referida lei na sala de aula e apontar questões sobre a inclusão dessa gente no livro didático. Ademais faremos uma breve análise de como “A Revolta dos Malês” especificamente, está sendo retratada em alguns livros. A pesquisa apoiou-se nas seguintes referências: Araújo (1999); Schwarcz (1993); Munakata (2007); Schimidt (2004); entre outros.

Palavras-Chave: Lei 10.639/03, Movimentos negros, Gente negra, Livro didático.

ABSTRACT

This paper aims to discuss about the struggles undertaken between the 1930s and 1990s, whose purpose was the recognition and valorization of black people in the history of Brazil until the implementation of Law 10.639, in the year 2003, which established the obligation of the teaching of History and Culture of Afro - Brazilians in schools. We sought to discuss the difficulties in incorporating and enforcing that law in the classroom. We will be pointing out questions about the inclusion of the black people in the textbook, in addition we will make a brief analysis of how the Revolta do Malês specifically is being portrayed in some books. The research was based on references such as: Araújo (1999); Schwarcz (1993); Munakata (2007); Schimidt (2004); among others.

Keywords: Law 10.639/03, Black Struggles, Black People, Textbook.

¹ Aluna de Graduação em Licenciatura em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: laysesteffane@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO.

A lei 10.639 foi promulgada no ano de 2003, nela está explícito a obrigatoriedade do ensino dos temas relacionados aos negros e afrodescendentes, conforme o artigo 26-A e os incisos 1º e 2º:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Este trabalho inicialmente discute alguns movimentos que antecederam a lei mencionada acima, e que durante o século XX já vinham reivindicando o lugar de respeito para os negros na sociedade brasileira, pois mesmo antes da lei 10.639, já existiam e lutavam em prol da inclusão da identidade negra como parte do nosso país, do nosso povo, sendo assim alguns movimentos se destacam, como por exemplo, os MNU (Movimento do Negro Unificado); TEN (Teatro Experimental do Negro); UHC (União dos Homens de Cor); Jornal Quilombo; FNB (Frente Negra Brasileira); CCN (Centro de Cultura Negra/MA) e o Grupo Palmares que foi o responsável pela proposição do dia 20 de Novembro² no calendário escolar, data esta que foi instituída na lei 10.639 de acordo com o "Art. 79-B. Desde então, o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra." (BRASIL, 2003).

Posteriormente, será abordado sobre o currículo, através de vários problemas que se pode identificar, como as dificuldades de acioná-lo na prática, uma vez que o currículo é uma ferramenta necessária na execução e implantação dos conteúdos, podendo ser um caminho de êxito de implantação dos temas propostos.

² 20 de Novembro dia Nacional da Consciência Negra foi instituído como data de referência para o movimento em contraposição ao 13 de maio, quando foi decretada a Abolição da Escravatura, a chamada Lei Áurea, pela princesa Isabel, em 1888. (Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2358> acesso em: 31 maio 2019).

Em seguida, será apresentado uma breve introdução do livro didático como uma ferramenta importante, presente nas escolas brasileiras e que vem sendo usado como principal material pedagógico de auxílio ao professor. Por fim, será realizado uma pequena análise em livros didáticos sobre o assunto: Revolta dos Malês.

2. Uma breve História dos movimentos negros no século XX e a lei 10.639/03.

A lei 10.639/03 foi aprovada em 1999 e promulgada em janeiro de 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma conquista significativa para o reconhecimento da população Negra, que há décadas luta contra o racismo, a falta de conhecimento da sua cultura, de sua história e da contribuição que tiveram para a formação histórica e cultural do Brasil. A implantação da lei foi uma resposta a vários movimentos e reivindicações por meio de décadas de lutas para ter sua história reconhecida.

Durante o século XX vários questionamentos foram levantados a respeito da ausência do negro na historiografia do Brasil, e isso gerou movimentos que reivindicavam a presença destes que por muitas vezes ou sempre, eram ocultadas, visibilizadas de forma secundária ou negativa na educação formal. Essas reivindicações foram válidas e apontavam para a necessidade de promover uma visão positiva sobre a cultura e história dos africanos, em contraposição a postura hegemônica marcada por influências europeias, que podiam ser percebidas em materiais didáticos com poucas ou nenhuma fonte que contasse a história da África e dos negros.

Assim a lei 10.639/03 é o resultado de várias lutas políticas, em que vários movimentos foram realizados até a conquista de instituição da lei que reconheceu o preconceito, a discriminação dos africanos e negros. Foram registrados diversos movimentos que contribuíram para a elaboração dessa lei que especificou e regulamentou o reconhecimento da história dos africanos e negros no Brasil, segundo Albuquerque e Filho (2012, p.49), confirma a existência das lutas e sua efervescência no cenário brasileiro:

A articulação e a organização do movimento negro fizeram com que suas bandeiras de lutas repercutissem no parlamento brasileiro. Em *Histórias do Movimento Negro no Brasil*, Verena Alberti e Amílcar Pereira trazem depoimentos que rememoram a efervescência da militância do movimento negro na década de 1980. Neles pode-se dimensionar o peso dos eventos pré-constituente promovidos em Brasília, e não só lá, pelo Movimento Negro unificado, dentre outras entidades representativas.

Contudo, durante o século XX, vários movimentos se destacaram e ganharam relevância pela suas lutas contra a discriminação no campo estético, por melhores condições de educação, mercado de trabalho etc, merecem destaque os FNB (Frente Negra Brasileira); TEN (Teatro Experimental do Negro); UHC (União dos Homens de Cor); Jornal Quilombo; Grupo Palmares; MNU (Movimento do Negro Unificado); e a CCN (Centro de Cultura Negra/MA).

A FNB – Frente Negra Brasileira “foi fundada em setembro de 1931, na cidade de São Paulo, considerada a maior organização do movimento social negro na primeira metade do século XX” (PEREIRA. Amilcar Araújo, p. 27), dava ênfase a questão da educação de pessoas negras como tema de grande importância em nosso país, conseguiu um grande feito que foi a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda – Civil de São Paulo, como fala o relato sobre o ocorrido:

A Frente Negra Brasileira (FNB) [...] obteve algumas conquistas sociais importantes como por exemplo, a inclusão de afro-brasileiro nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da Guarda Civil de São Paulo era composta, na sua maioria, por imigrantes e negavam a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, os representantes da FNB apelaram ao presidente no sentido de ser oferecido aos afro-brasileiros, igualdade de acesso aquela instituição, Vargas então ordenou à Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afro-brasileiros. Nos anos 30, cerca de 500 afro-brasileiros ingressaram nos quadros dessa instituição, com um deles chegando a ocupar o posto de coronel. (PEREIRA, 2004 p.29). (APUD, Ahyas Siss).

Já o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro movimento importante que surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento, com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte. Embora o TEN tenha sido criado com a finalidade de

produção teatral, também investiu em cursos de alfabetização para atores negros, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramático, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países, em um dos seus depoimentos que ele deu, falou sobre o que o motivou a criar esse projeto aqui no Brasil:

Várias interrogações suscitaram ao meu espírito a tragédia daquele negro infeliz que o gênio de Eugene O'Neil transformou em *O Imperador Jones*, isso aconteceu no Teatro Municipal de Lima, capital do Peru, onde me encontrava com os poetas Efraim Tomás Bó, Godofredo Tito Iommi e Raul Young, argentinos, e o brasileiro Napoleão Lopes Filho. Ao próprio impacto da peça juntava-se outro fato chocante: o papel do herói representado por um ator branco tingido de preto. Aquela época, 1941, eu nada sabia de teatro, economista que era, e não possuía qualificação técnica para julgar a qualidade interpretativa de Hugo D'Evieri. Porém algo denunciava a carência daquela força passional específica requerida pelo texto, e que unicamente o artista negro poderia infundir à vivência cênica desse protagonista, pois o drama de Brutus Jones é o dilema, a dor, as chagas existenciais da pessoa de origem africana na sociedade racista das Américas. Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça? Entretanto, lembrava que, em meu país, onde mais de vinte milhões de habitantes, na época, jamais assistira a um espetáculo cujo papel principal tivesse sido representado por um artista de minha cor. [...] (Pereira, p.34). (APUD NASCIMENTO, 2004, P.209)

A UHC (União dos Homens de Cor) “foi fundada em 1943, em Porto Alegre” (PEREIRA, p. 33), tinha uma perspectiva de atuação social, no sentido de integração do negro na sociedade brasileira através da educação e do mercado de trabalho, constituída de uma complexa estrutura organizativa e expansionista, cinco anos após ser criado já tinha se expandido para dez unidades da federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná).

O Jornal carioca *O Quilombo*, inicialmente mensal e mais tarde quinzenal, fundado em 9 de dezembro de 1948, na cidade do Rio de Janeiro por Abdias Nascimento, e extinto em 1950, pode ser considerado um desdobramento do TEN. A orientação deste jornal foi desde o início buscar valorizar o negro em todos os setores das atividades: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico. O *Quilombo* propunha-se a lutar pela conscientização dos negros e seus direitos na sociedade, bem como combater todas as formas de discriminação racial, este jornal

abordou temas culturais, principalmente as manifestações artísticas negras. Durante grande parte de sua existência, sua periodicidade foi irregular, chegando a sofrer interrupções, ao ser fechado, em virtude de grandes dificuldades financeiras, Quilombo estava em seu décimo número.

O grupo Palmares surgiu em Porto Alegre em 1971, foi responsável pela proposição do dia 20 de novembro como alternativa as comemorações do 13 de maio, data esta que marca e representa a morte de Zumbi dos Palmares, o principal representante da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Ele nasceu no estado de Alagoas no ano de 1655, líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravizados fugitivos dos engenhos, índios e brancos, pobres expulsos das fazendas. Eis uma parte do documento divulgado na Assembleia que aconteceu em 1978 que propôs o dia 20 de novembro como o “Dia nacional da consciência Negra”:

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA! Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta sempre esteve presente em todos os quilombos. (PEREIRA, p. 39), (apud GONZALEZ, 1982, p.51 – transcrito como no documento original).

Palmares também foi um dos precursores do chamado movimento negro moderno, que se caracterizou pela construção de uma nova identidade negra, referenciada em aspectos locais e globais, ao afirmar-se e organizar-se como grupo étnico, adotou uma postura e um discurso subversivo que colocavam em dúvidas conceitos estruturantes (eurocêntricos) da sociedade brasileira, como democracia racial, identidade e cultura nacional.

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi uma organização importante na luta contra a discriminação do Povo Negro no Brasil, fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo durante o regime militar, o ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no

país, também já reivindicavam a introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares.

O Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA) foi fundado em 19 de setembro de 1979, no Maranhão, por um grupo de pessoas negras engajadas na militância política e cultural das lutas pelos direitos e espaços da população negra no estado. A instituição é constituída como uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo a conscientização política, cultural e religiosa para resgatar a identidade étnica cultural do povo negro, viabilizando ações que contribuam com a promoção de sua organização em busca de cidadania, combatendo todas as formas de racismo e promovendo os direitos da população negra no Maranhão.

Outro importante momento para a luta e vitória contra o preconceito pode ser percebido na constituição de 1988 que institucionalizou o reconhecimento do Estado, frente a necessidade de políticas públicas e o combate ao racismo. Alguns anos depois foi a LDB de 1996 que enfatizou a centralidade nos conteúdos relativos à História da África e dos afro-brasileiros. Em 2003 foi promulgada a lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro brasileira nas escolas públicas de todo o país, a mencionada lei tinha por finalidade a inclusão de conteúdos nos livros didáticos e nas salas de aula, a inclusão da História e da cultura dos africanos e negros, a revisão do discurso oficial até então eurocêntrico e o lugar dos negros no currículo e na cena nacional. Uma alteração em forma de lei ao apelo de antigas reivindicações sociais de acesso aos direitos. O desafio maior era desvincular a imagem do negro exclusivamente da escravidão, pois sua História inclui também lutas, sonhos, costumes, conhecimentos e acima de tudo uma cultura. Mais do que trabalhar e ser escravizado, os negros também contribuíram para a cultura do Brasil, foram protagonistas.

É necessário visibilizar os negros a partir de uma historiografia que não os exclua ou discriminem, sem negar a convivência e as relações com outros sujeitos no processo histórico, é neste processo de relação que são construídas as identidades, como afirma Albuquerque e Filho, 2002, p.56)

(...) estudando o trabalho escravo é possível notar o quanto os africanos também colonizaram o Brasil, como defendia o pesquisador Manoel Querino, desde o início do século XX. Mas o protagonismo não

pode ser confundido com exclusivismo. É espreitando as relações conflituosas, interações e transformações que a história social se faz. Assim, tem pouca serventia “uma história do negro” que, seguindo o *script* dos textos didáticos que tanto criticávamos, subestime ou negue o papel dos outros sujeitos no processo histórico.

Segundo Pereira (2011) “A implementação da Lei 10.639/03 tem potencial para promover a construção de uma prática docente que questione preconceitos e que seja pautada pelos princípios da pluralidade cultural e do respeito as diferenças”. Fazendo assim uma mudança nos currículos escolares e trazendo os desafios de introduzir a temática no cotidiano escolar.

3. Limites, problemas e desafios que são encontrados na efetivação da lei dentro das escolas.

Na sociedade contemporânea marcada pela pluralidade, torna-se necessário educar para o desafio de conviver com o diferente, o outro. No caso do Brasil que tem uma sociedade extremamente diversificada e constituída de várias culturas, resumir a história do negro a senzala, a escravidão e ao pelourinho é um equívoco, são pessoas de culturas e etnias que contribuíram para a construção e formação do povo brasileiro, não constituímos uma sociedade homogênea ou com uma única forma de cultura. O que define nossa sociedade é a pluralidade e diversidade, como diz Oliva (2012, p.35):

Portanto, ao partimos do princípio de que somos membros de uma sociedade multicultural avançamos no esforço de identificar nossas várias ancestralidades e agentes formadores. Implodimos com mitos de origem que insistiam a nos tratar como membros de uma única cultura – primeiro a europeia e depois a nacional (única e fruto da miscigenação). De forma parecida, assumimos a necessária urgência de elaborarmos políticas e estratégias que combatam as desigualdades geradas por essências discriminatórias e que permitam aos diversos grupos ou componentes desse mosaico que é a Identidade Nacional (plural e diversa) se auto afirmarem, sendo valorizados e reconhecidos por todos.

Embora façamos parte de uma sociedade multicultural, constituída de várias etnias, povos, culturas, o discurso até então “oficial” constitui imagens que buscam demarcar a superioridade da cultura europeia, silenciando ou denegrindo a cultura

ligada aos negros e africanos. Infelizmente algumas escolas acatam este discurso, e a disciplina de História foi usada para reforçar a perspectiva do colonizador de matriz branca, cristã e hétero, somos herdeiros de uma escola que tem privilegiado conteúdos eurocêntricos, e vivemos hoje a emergência de rever materiais didáticos, formações de professores e gerações educadas em perspectivas eurocêntricas. São lutas constantes para compor memórias compartilhadas e divulgar abordagens plurais e reflexivas nas salas de aulas.

Um dos grandes desafios do currículo multicultural é preparar o aluno/cidadão a praticar e exercitar a convivência com o outro, seja em relação a etnia, gênero, diversidade sexual, religiosa, entre outras identidades plurais que emergiram ou passaram a conviver com mais frequência na contemporaneidade. As escolas e o Currículo têm um papel fundamental na reconfiguração no que diz respeito a questão étnica, ao levar as infinidades de histórias sobre a formação do povo brasileiro. O ensino nesse novo currículo representa uma forma de construir significados, seja político ou cultural, como diz Oliva (2012, p.42):

(...) ao partimos da constatação de que as escolas, no sistema educacional contemporâneo, desempenham papel relevante na construção de percepções de mundo e na divulgação de informações e conteúdos, que deveriam compor aquilo que chamamos de “memórias compartilhadas”, parece inquestionável a necessidade de ampliarmos nossos recortes temáticos, conteúdos programáticos e abordagens reflexivas nas salas de aulas.

Para entender a exclusão de grupos vulneráveis, a compreensão do currículo enquanto um campo de lutas, de poder entre diferentes grupos é relevante, pois a disciplina de História lida diretamente com as questões de identidades, de diferenças e isso se torna uma grande responsabilidade com os grupos excluídos, uma vez que as imagens construídas no livro didático e nas aulas são importantes na construção das diferenças e de como estas diferenças são vistas. Assim sendo, ainda segundo Oliva (2012, p.42):

Herdeiros de uma escola que privilegiou, em grande parte de sua trajetória, conteúdos eurocêntricos, vivemos hoje a urgência de rever

conteúdos e temas formativos em nossos bancos escolares. (...) o das Identidades e Culturas Plurais que compõem a Identidade Nacional, torna-se óbvio o fato de que no trabalho com História, Geografia, Artes, Literatura, Filosofia e Música não podemos valorizar, ensinar e aprender padrões de conhecimento relativos a apenas uma matriz formativa, no caso a europeia. Precisamos conhecer, reconhecer, valorizar e respeitar as outras matrizes que participaram dessa formação – por exemplo, as africanas, as asiáticas e as indígenas.

Desta forma, compreende-se que o silêncio sobre a História da África pode ser entendido como uma questão política, e a ausência de uma discussão sobre a História é intencional, assim se torna um desafio romper com estereótipos já pré-estabelecidos dos povos negros e seus costumes. Na busca de abordar a história do continente africano, não devemos nos deter apenas aos documentos, mas também podemos recorrer as ciências como antropologia, geografia, a análise literária, a arqueologia, a linguística e oralidade que passou a ser uma fonte de conhecimento que auxilia na reconstrução dos acontecimentos históricos. É necessário que os conteúdos, os professores, a instituição estejam sintonizados com a historiografia contemporânea, como um elo entre interesses educacionais e políticos, de acordo com Souza (2009, p.26):

Como tudo que diz respeito ao conhecimento e ao ensino, o estudo é fator indispensável para o professor atingir plenamente seus propósitos de educador, e, além da motivação individual, é preciso haver apoio institucional para isso, tanto na forma de tempo disponível como na remuneração adequada que considere o trabalho feito fora da sala de aula.

São muitos os desafios que existem para desenvolver a temática étnico racial em sala de aula, surgem obstáculos desde a falta de incentivo de alguns professores por parte do corpus escolar, quanto pela própria falta de preparo dos profissionais de história atuantes que desconhecem o conteúdo do continente africano, os professores precisam combater os preconceitos enraizados em relação ao povo africano e para isso precisam se dedicar mais em conhecer e se aprofundar na cultura deste povo tão importante. O ensino da cultura africana foi reconhecido como parte do conhecimento referente a Base Curricular, englobando não apenas a escravidão, mais também a forma de organização social, política, cultural e suas relações comerciais com as sociedades e tantos outros aspectos existentes em qualquer civilização.

4. Um breve olhar sobre os negros e escravos no Livro Didático.

O livro didático é uma importante ferramenta usada nas escolas do Brasil, muitas vezes se apresenta como o principal recurso didático pedagógico, torna-se um guia em aulas e passa a desempenhar um papel relevante no processo de ensino aprendizagem, uma vez que auxilia o professor na organização do seu planejamento escolar. Tal ferramenta influencia no cotidiano em sala de aula, pois norteia o trabalho pedagógico, determina sua finalidade, e de certa forma, pelo menos até a criação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, estabelece o Currículo adotado nas escolas. (CAIME e OLIVEIRA, 2012). Por esta razão é imprescindível que os docentes participem das escolhas, junto com a Diretoria, de quais livros serão usados no decorrer do ano letivo. Segundo SCHIMIDT (2004) “de modo geral, todos os livros didáticos necessitam ser compreendidos por seu processo de produção, distribuição e consumo”. Assim sendo, é como se o pensamento educacional e a metodologia fosse diferente e o material escolhido aquele que melhor se encaixa em determinada realidade, tornando-se uma mercadoria que atende a necessidade do “mercado” e essa realidade mais ainda impulsionado pelo mundo capitalista, as editoras se moldam de acordo com o mercado, vendendo e faturando que é o objetivo principal, sobre isso Freitas (2005, p.274) afirma que:

[...] mercadoria, o livro precisa adaptar-se à demanda. Se a ventura sopra a favor das reivindicações democráticas, progressistas e até mesmo esquerdistas; e se isso se traduz, na disciplina de História, na valorização de abordagens que presumivelmente propiciem a “reflexão”, a “crítica”, a “conscientização” e a “promoção da cidadania”, a empresa capitalista que produz livros a esse respeito prefere atender a essa demanda do que permanecer fiel a sua suposta “ideologia”, ou melhor, o mercado é a própria ideologia dessas empresas.

Os temas ligados a cultura afro-brasileira e a África vem ganhando espaço nos livros e ações dos educadores, porém uma das questões a serem discutidas é que ainda apresentam problemas consideráveis, como conceitos equivocados no que diz respeito a priorização da temática e História dos negros e afrodescendentes, Souza (2012, p. 18) afirma que:

O que não quer dizer que estejamos em céu de brigadeiro, pois parte do material didático apresenta problemas significativos quanto a forma como os temas são apresentados, muitas vezes reforçando estereótipos e frequentemente demonstrando um conhecimento muito precário no que diz respeito a história da África.

A aplicação efetiva da lei 10.639/03 principalmente na sala de aula e no livro didático, ainda é bastante delicada, pois envolve um novo olhar sobre o que vem sendo ensinado e propõe uma nova construção de nacionalidade e identidades brasileiras no que diz respeito a incorporação de aspectos que valorizam a história dos negros. Pode -se constatar que nos últimos anos, seja por dificuldade ou pelo grande desafio que é inserir o tema na sala de aula, ainda tem atrapalhado a execução da referida lei, porém aos poucos o tema vem sendo incorporado, ainda de acordo com Souza (2012, p.13):

Mas em meio a muitas dificuldades enfrentadas pelos professores – dentre elas a insuficiência de formação teórica e prática, a oposição de familiares e setores sociais, a carência de recursos pedagógicos para aprofundamento da temática -, é evidente que a lei 10.639/2003, modificada pela lei 11.645/2008, vem sendo implantada e, hoje, podemos acompanhar diversas experiências positivas em várias unidades escolares espalhadas pelo Brasil.

Na maioria dos livros didáticos os temas mais recorrentes são tráfico e escravidão, muitas vezes numa perspectiva eurocêntrica, que acaba por restringir a presença e contribuição dos negros e dos afrodescendentes no Brasil. Entretanto, para Raquel Bakke, outro assunto incorporado nas salas de aulas é da religiosidade. Sobre o mesmo assunto, Souza (2012, p.21) discorre: “por meio de uma pesquisa de campo constatou que a esfera religiosa é a preferencialmente eleita pelos professores e programas de cursos para abordar a cultura afro-brasileira.”

O problema é que quando o professor não tem preparação para falar de certo conteúdo, este pode acabar confundindo os educandos e gerar conflitos com pessoas intolerantes a outras religiões, levando a rejeitar e demonizar a cultura afrodescendente a partir de conceitos pré-concebidos e balizados na cultura eurocêntrica. De acordo com Souza (2012, p.21):

Como o ensino de temas afro-brasileiros estaria intimamente vinculado a uma posição política, a religião, como espaço maior de resistência, seria privilegiada como tema. Dessa forma, aumentaria a dificuldade da implantação real da lei 10.639, pois são justamente os temas ligados as religiosidades afro-brasileiras os que encontram maior resistência junto a professores e alunos, principalmente se a presença de evangélicos for significativa.

De um modo geral, apesar das reivindicações e conquistas alcançadas, o que se ver nos livros didáticos ainda é a pouca presença das camadas populares. Entretanto, é lei e temos que amadurecer e conhecer outras versões da história, de grupos desprivilegiado como os índios, e muito especificamente os negros.

A introdução do negro numa perspectiva que o dignifique no livro didático é uma reivindicação que aparece pelo menos desde os anos 30 do século passado, por esta razão será analisado um tema que tenha em grande massa a participação de negros na história. Sendo assim, propomos aqui um breve exercício de análise sobre um tema mais específico: “A Revolta do Malê”, ocorrida em Salvador em 1835. Esta foi uma das mais importantes insurreições dentre as várias que ocorreram no século XIX. Basicamente, foi um movimento de escravos e negros, em grande maioria composto por “negros de ganho”³, eram muçulmanos negros, chamados de “malê” pois esse termo designavam os negros muçulmanos que sabiam ler e escrever o Árabe, fato este que facilitou os contatos pessoais ao repassar seus conhecimentos numa língua que não era compreendida pelas autoridades e pelos senhores de engenho, seu oponentes. Os negros e escravos foram liderados pelos muçulmanos Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio, dentre outros. Desta forma, os Malês se articularam contra a escravidão, os maus tratos e opressão que sofriam. Pode -se dizer que o estopim ocorreu durante o evento da festa do Ramadã, o período de jejum dos muçulmanos, a polícia intervém e destrói o lugar que servia para as celebrações da comunidade, despertando um sentimento de discórdia e de frustração contra a imposição de não praticar sua religião, assim desencadeando a necessidade de realizar uma ação contundente. Os insurretos se rebelaram com o objetivo de libertar seus companheiros, poder praticar sua religião e matar brancos e mulatos que eles consideravam ser traidores.

³ tinham mais liberdade que os negros das fazendas, podendo circular por toda a cidade com certa facilidade, embora tratados com desprezo e violência.

A data escolhida para o levante foi 25 de janeiro de 1835, com armas de fogo e as espadas compradas com o dinheiro de um caixa comum, os membros do movimento, divididos em cinco grupos que insurgiriam em vários pontos da cidade. Um dia antes foram traídos, em 24 de janeiro, o liberto Domingos Fortunato transmite a mulher Guilhermina Rosa de Souza os comentários ouvidos na rua, querendo mostrar sua lealdade, a mulher relata o que sabe ao seu antigo senhor, Souza Velho, e a um vizinho branco, as pessoas que se encontram na casa deste informam ao juiz de paz que, por sua vez, denuncia os fatos ao presidente da Bahia, Francisco de Souza Martins. Ciente da gravidade dos acontecimentos, alertam os soldados, fazendo com que não fossem pegos despreparados, ocasionando muitas mortes dos escravos, por não terem armas suficientes e um número elevado de perdas dos revoltosos comparados ao outro lado, levando assim a derrota e o fim da revolta.

Derrotada a rebelião, os vencedores tem sede de vingança, um clima de histeria, perseguição e violência contra os africanos toma conta de Salvador e seus arredores, a menor desconfiança de que algo pode estar sendo tramado, leva tanto os soldados quanto boa parte da população civil a se envolverem em espancamentos e assassinatos de negros pacíficos e inocentes. As autoridades baianas não descansam, só nos dias 25 e 26 de janeiro são presos 45 escravos e 50 libertos, a cidade conhece uma coordenação de forças oficiais para invadir as residências de africanos, cada quarto é revistado, seus moradores são interrogados e qualquer objeto suspeito (como amuletos, roupas malês, papéis escritos em árabe) condena seus donos à prisão, a polícia só respeita as casas dos senhores. A vida da comunidade negra é virada pelo avesso.

Os Livros didáticos que serão analisados, são adotados pela Escola Estadual Professor Joaquim Torres, localizada em Serra de São Bento/RN, são eles:

- ✓ Do mundo medieval ao período colonial brasileiro – 6ª série – 2005 – Editora Moderna – Francisco de Assis Silva.
- ✓ História – volume único, ensino médio – 2009 a 2011 – Editora Ática – Gislaíne e Reinaldo.
- ✓ Saber e fazer história – 8º ano – 2014 a 2016 – Editora Saraiva – Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.
- ✓ Mosaico, História – 8º ano – 2017 a 2019 – Editora Scipione – Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino.

No livro da Editora Moderna do ano 2005 o autor Francisco de Assis Silva dedicou um capítulo que dividiu entre a história do Quilombo de Palmares e a Revolta dos Malês, sobre a insurreição. No desenvolvimento do texto exibe bem detalhado o movimento, oferece detalhes sobre o ocorrido, de maneira bem clara, citando vários nomes dos negros que participaram do movimento e exibindo o assunto em três páginas do livro, onde expõe a situação dos negros e escravos antes da Revolta eclodir e de certa maneira justificando as razões deles terem se rebelado, e detalha muito bem a forma cronológica que aconteceu.

No livro da Editora Ática do ano de 2009 a 2011, dos autores Gislaine e Reinaldo, um capítulo é dedicado as revoltas regenciais, onde falou de diversos movimentos de forma bastante resumida, não trazendo informações como nomes dos negros que participaram da revolta, e falando sobre o assunto muito superficialmente, podendo passar até despercebido e deixando até subentendido que não foi importante, reservou meia folha para falar do movimento Revolta dos Malês.

No livro da editora Saraiva do ano 2014 a 2016, dos autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues a informação está ainda de forma bastante precária relacionada aos motivos que levaram os Malês a se organizarem e a fazerem a Revolta, em apenas uma linha do texto falam que o objetivo deles era “matar os brancos e conseguir a liberdade”, informação esta que vem de forma incompleta, pois além da pobreza extrema que os escravos enfrentavam, foram alvos de intolerância com sua religião quando tiveram tudo destruído e que seriam castigados caso fossem pegos praticando-a. Um dos pontos positivos é que cita os nomes dos principais líderes do movimento, dando destaque aos negros e os evidenciando em um acontecimento que eles estavam em destaque.

No último dos livros analisados, da Editora Scipione do ano 2017 a 2019 dos autores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, livro que vem sendo usado pela escola citada, o assunto é abordado de maneira resumida, porém vem com umas informações importantes como a insurreição ter sido uma das mais organizadas do período dentre tantas que teve, fala ainda que os negros e escravos sabiam ler e escrever em árabe, uma das grandes referências desse movimento que os coloca em evidências e põe em descrédito discurso que veem negros como inferiores e incapazes, não relata em nenhum momento quem foram os principais líderes do movimento, fato que empobrece bastante o assunto, pois quando está escrito que foi

o movimento mais organizado do período e não evidencia quem o articulou, acaba por diminuir a importância deles perante o assunto.

Entretanto, de um modo geral o destaque dado ao tema e a fatos e análises relevantes, acabam sendo invisibilizados ou secundarizados, porque é colocada de maneira limitada e até insuficiente, causando desvios da intenção que era a inserção da História dos Negros. Trata-se de um movimento em que os negros foram protagonistas contra o sistema escravista, tal protagonismo deveria ser evidenciado para mostrar o poder de organização e mobilização dos negros e afrodescendentes, bem como para a questão de escrita e leitura, destacar o fato de vários dos participantes dominarem a escrita e a leitura e em muitos casos superando nestes atributos, os seus senhores. Tal percepção seria relevante para desconstruir a ideia de inferioridade do negro.

Porém a história do livro didático não é imparcial e é passível de preconceitos, mas também está sujeita a constantes modificações.

5. CONSIDERAÇÕES.

Pode-se concluir que o Brasil é um país detentor de uma pluralidade racial, europeus, índios, negros, e tantas outras etnias formam um país miscigenado, cada povo com seus costumes, conhecimentos, valores juntos contribuíram para a cultura do nosso país. Tendo em vista tal importância dos negros e afrodescendentes como um povo que sofreu explorações ao longo de sua história, trabalhar com temáticas que os valorizem é necessário, uma vez que a sociedade tem uma dívida em falar sobre os negros, sobre sua cultura, religião, e trazer essa abordagem pra sala de aula é uma forma de reparação de um erro que foi causado pelo eurocentrismo e que ainda está muito distante de se tornar uma realidade, tendo em vista que há uma negação muito forte aqui no Brasil do negro pelo próprio negro, o qual não se aceita por não conhecer a história dos africanos ou por conhecer apenas uma versão cheia de estereótipos, como por exemplo, dizer que um negro que tem a cor da pele com um tom mais claro é chamado de moreno, essa é uma das maneiras mais recorrentes de negação de si próprio vista no dia a dia e que também acontece pelo fato da demonização do negro, o indivíduo não se assume como é, e muitas vezes por conta da conotação negativa que é colocada pela sociedade ao qual faz parte.

Em relação aos objetivos aqui propostos, concluem-se que os negros chegaram aqui ainda no período da colonização e que o Brasil foi um dos países que mais recebeu escravos entre os séculos XVI e XVIII, temos quase toda a população descendentes dos negros e nada mais justo que incluir sua história e tantas outras características deles dentro de nossas vidas, a fim de conhecer o nosso passado. Foi através das lutas que ganharam espaços e que tiveram suas vitórias, porém um dos principais problemas encontrados no processo de ensino de História dos africanos e negros foi o desconhecimento da história e o preconceito.

Com relação a lei 10.639/03 que foi uma resposta há anos de lutas, infere-se que o processo de implantação desta lei não está sendo fácil, pois somos resultados de uma cultura eurocêntrica enraizada tão profundamente que somente há algumas décadas estamos conseguindo aos poucos desconstruir a ideia que ela não é a única existente.

Este trabalho se mostra relevante, uma vez que se percebe a necessidade de chamar a atenção da direção escolar e professores para um olhar mais atencioso ao currículo multicultural que apresenta uma proposta de respeito a diversidade étnico cultural e racial, a diversidade que incontestavelmente faz parte da vida do nosso país. Já com relação ao livro didático como já foi discutido no decorrer desse trabalho, tem um papel fundamental nas nossas escolas brasileiras, é nele que se estrutura muitas aulas, é no seu conteúdo que se desenvolvem as temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:

LIVROS DIDÁTICOS:

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Saber e fazer História**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SERIACOPI, Gislane Campos de Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História: volume único**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Francisco de Assis. **História: do mundo medieval ao período colonial brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Mosaico: história**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2015.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **“A Política dos Homens de Cor no Tempo da Independência”**. BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo da. (org). ANIMAI-VOS Povo Bahiense. A Conspiração dos Alfaiates. Salvador, 1999.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U de 10 de janeiro de 2003.

CAIMI, Flavia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. **O ensino de História na BNCC: Pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?**. In: JUNIOR, Halferd Carlos Ribeiro; VALÉRIO, Mairon Escorsi. Ensino de História e Currículo: Reflexões Sobre a Base Nacional Comum Curricular, Formação de Professores e Prática de Ensino. Paco Editorial; 2017.

Campos, Deivison Moacir Cezar de. **O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3984>. Acesso em: 18 mar 19.

DAVIES, Nicholas. **As camadas populares nos livros de História do Brasil**. In: PINSKI, Jaime (org). O ensino de História e a criação do fato. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ENSINO da História da África e da Cultura Afro-brasileira. Revista História Hoje, ANPUH – Brasil, V.I, 2012.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. **A Frente Negra Brasileira**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/>. Acesso em: 17 mar 19.

Movimento Negro Unificado, 40 anos de luta por justiça para o povo negro!

Disponível em: <http://mnu.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 mar 19.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação**. In: Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas / Ana Maria F.C. Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello, Marcelo de Souza Magalhães, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 137 – 145.

MUNAKATA, Kazumi. **Histórias que os livros Didáticos contam, depois que acabou a Ditadura no Brasil**. In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6.ed. São Paulo: contexto, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. In.: Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40416>. Acesso em: 16 mar 19.

NASCIMENTO, A. Memórias; **Quilombo**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/quilombo>. Acesso em: 18 mar 19.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011.

RIBEIRO, Luciara. **Centro de Cultura Negra do Maranhão: política e cultura negra**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/centro-de-cultura-negra-maranhao-politica-e-cultura-negra/>. Acesso em: 18 mar 19.

SANTOMÉ, Furjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.

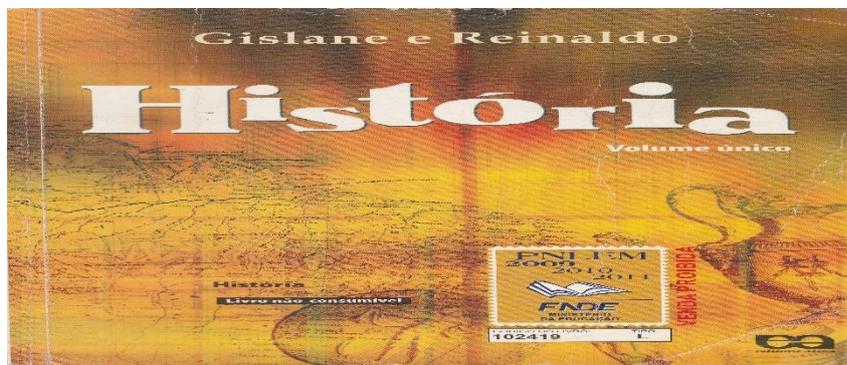
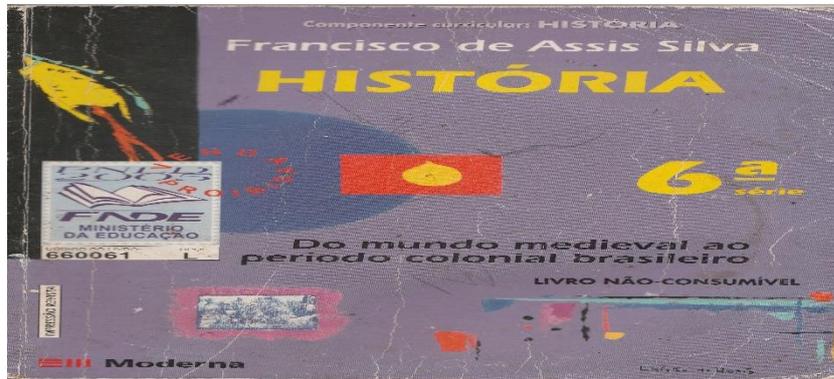
SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História** / Maria Auxiliadora Schimidt, Marlene Cainelli. São Paulo: Scioptione, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. **Revoltas, Conjurações, Motins e Sedição no Paraíso dos Trópicos**. In: SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **Africanidades brasileiras e educação [livro eletrônico]: Salto para o Futuro**. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013.

ANEXO A – CAPAS DOS LIVROS DIDÁTICOS



AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar saúde e forças para superar todos os desafios ao longo da minha graduação.

Agradeço a toda minha família pelas palavras de incentivo ao longo de toda minha vida escolar, em especial a minha mãe Alba Jacira por ter me ensinado desde cedo a trilhar pelos caminhos da verdade, honestidade, respeito e pelo encorajamento para ir em busca dos meus objetivos. Muito obrigada.

Ao meu marido Alessandro Dantas, companheiro de todas as horas, pela compreensão e afeto diário, estando sempre pronto a me apoiar e me ajudar. Grata.

A minha orientadora Mariângela, pela paciência, ensinamentos e carinho, pelo incentivo que tornaram possível a conclusão dessa etapa da minha vida.

A todos os professores da graduação, pelo empenho em nossos encontros em sala de aula, onde além de conhecimentos, adquiri importantes aprendizados sobre a vida, passando a encará-la sob uma nova ótica. Grata.

As minhas amigas Alécia, Sandra e wanielle, as quais ao longo do curso mostraram-se verdadeiras irmãs em todos os momentos que compartilhamos nesses cinco anos na UEPB. Amigas que trilharam comigo os mesmos sonhos, tenho certeza que nossa amizade se perpetuará por muitos e muitos anos. Muito obrigada a todas.